

O Processo de Tomada de Decisão em Propriedades Rurais de Itapiranga – SC

Autores: Carlise Eyng Mayer – Nathalia Berger Werlang

RESUMO

A administração rural vem se destacando pela importância do controle e planejamento nas empresas rurais, por meio da utilização de ferramentas de gestão, que possam auxiliar o agricultor na definição dos custos, despesas e da lucratividade de sua produção. Sendo assim, o presente trabalho tem como principal objetivo identificar os fatores que influenciam a tomada de decisão, na administração das propriedades rurais do município de Itapiranga-SC. Foi desenvolvido um estudo de natureza descritivo e de abordagem quantitativa, operacionalizado por meio de uma *survey*. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado com 64 questões de respostas abertas e fechadas, junto a 154 propriedades do município de Itapiranga – Santa Catarina. As análises dos dados coletados se deram por métodos quantitativos e para facilitar a visualização dos resultados, os dados foram analisados com o auxílio dos *softwares Microsoft Excel e SPSS Statistics 22*, sendo interpretados pela análise univariada de dados.

Palavras-chave: agricultor; tomada de decisão; propriedades rurais.

1. INTRODUÇÃO

As constantes mudanças no cenário mundial trazem consequências importantes para os setores produtivos, principalmente para a agricultura. É importante saber produzir, mas antes disso, é fundamental conhecer todos os pontos que envolvem a gestão administrativa e financeira da propriedade rural, melhorando a capacidade gerencial do produtor. A partir desta realidade, as mudanças são significativas e atingem a todos, portanto é essencial que o produtor rural tenha comportamento adequado para gerenciar suas atividades e sua propriedade de forma a permanecer e se fortalecer num mercado cada vez mais competitivo e onde a eficiência e a eficácia são palavras fundamentais para a sobrevivência (DEBÉRTOLIS, 2005).

A propriedade rural deve ser encarada como uma empresa produtora de bens e serviços. Para as propriedades rurais a Administração Rural tem como finalidade proporcionar ao produtor a possibilidade de minimizar os riscos em suas atividades através do planejamento e do controle de investimentos e de custos de produção (ANTUNES; ENGEL, 1999).

Para Crepaldi (2004), a administração rural é o conjunto de atividades que facilitam aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua empresa agrícola, com o fim de obter melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra.

Sabe-se que o processo de decisão é fator delimitador do sucesso ou do fracasso de qualquer empresa constituída legalmente ou não, sendo ela do setor primário ou secundário. Assim, a empresa rural para ser competitiva precisa analisar criteriosamente suas tomadas de decisões, a fim de aperfeiçoar sua produção e maximizar sua renda (CREPALDI, 2004). Tacchi (2016) destaca que o produtor rural não pode basear suas decisões apenas em intuições, empirismo ou confiar simplesmente no acaso, para alocação mais eficiente de seus recursos produtivos. Hoje o desempenho do agricultor depende de atitudes administrativas modernas e com boa qualidade, para garantir a continuidade da sua empresa rural e sua permanência no campo. A deficiente administração e insuficiente tecnologia vêm causando níveis de produtividade muito baixos, além de custos de produção muito elevados que estão dificultando o sucesso na agricultura, principalmente em pequenas propriedades rurais.

Santa Catarina destaca-se entre os principais estados brasileiros produtores de alimentos, apresentando elevados índices de produtividade por área, utilização de tecnologia e características de produção familiar, em mais de 90% das propriedades rurais. O setor agropecuário representa 12,8% do PIB estadual, e considerando-se todas as atividades do agronegócio, a contribuição ao PIB estadual ultrapassa os 20% (CEPA, 2011).

Vale salientar também, que a região do Oeste catarinense caracteriza-se por sua forte indústria agroalimentar, alicerçada historicamente na agricultura familiar, tendo constituído o maior cluster agroindustrial de aves e suínos do país e posição expressiva na produção láctea nacional (PLEIN, 2005). Portanto o presente trabalho tem por finalidade abordar a importância da tomada de decisão na administração das propriedades rurais da cidade de Itapiranga -SC.

Diante deste cenário, o estudo se justifica com novos estudos que são essenciais para avançar no tema e obter resultados mais relevantes a respeito da tomada de decisão em propriedades rurais. Esta pesquisa pretende contribuir como referencial teórico dando suporte aos gestores das propriedades, bem como para os futuros gestores e para os próprios indivíduos compreenderem a tomada de decisão, e assim conseguir conquistar melhores resultados.

O trabalho está estruturado em cinco sessões, incluindo esta primeira. Na segunda parte é apresentada a revisão literária, abordando a conceituação da Administração Rural e o Processo Decisório. A terceira parte contempla os procedimentos metodológicos que fundamenta a pesquisa. Na sequência, apresentam-se as análises dos resultados, e, por fim, as considerações mais relevantes sobre a temática abordada, as limitações e as sugestões para estudos futuros.

2. ADMINISTRAÇÃO RURAL

Nos dias de hoje, o conceito de geral de Administração Rural está sendo relacionado à necessidade de controlar e gerenciar um número cada vez maior de atividades que podem ser desenvolvidas dentro de uma propriedade do setor agropecuário. O aspecto administrativo voltado ao ramo agropecuário se caracteriza por uma grande dificuldade no controle das variáveis. O setor apresenta uma grande variabilidade nos fatores administrativos inerentes à atividade agrícola, devido às condições de ambiente em que a mesma está inserida (FLORES;RIES;ANTUNES, 2006).

A empresa rural pode ser conceituada conforme Mendes e Padilha Junior (2007), como as propriedades independentes do tamanho, que cumprem sua função de produção, apresentam bons índices de produtividade e são capazes de proporcionar condições de vida digna para o produtor, sua família.

Pode-se considerar que a propriedade rural precisa ser competitiva, estar sempre buscando inovações tecnológicas, baseando-se em acontecimentos da atualidade, juntando o maior número de informações para que o desempenho da atividade agrícola se desenvolva com sucesso, obtendo lucro (FLORES;RIES;ANTUNES, 2006).

Basicamente o que constitui o campo de ação do administrador rural é “o que”, “quando” e “como” produzir. O conjunto destas ações, bem como controlar o andamento dos trabalhos e avaliar os resultados, visando maximizar os lucros, se faz necessário à sustentabilidade da atividade (SANTOS *et al.*, 2002). Para tanto, é de fundamental relevância, por parte do administrador rural o conhecimento dos fatores que afetam os resultados econômicos, os quais são de natureza externa e interna.

Como fatores externos, Santos *et al.* (2002) destacam: Preços dos produtos; Clima; Existência de mercado para o produto; Política de crédito e financiamentos; Transporte; e Disponibilidade de mão de obra na região. Já os fatores internos são: Tamanho da empresa

agropecuária; Rendimentos dos cultivos e criações; Seleção e combinação das atividades produtivas; Eficiência na mão e obra; e Eficiência do equipamento.

Ressalta-se ainda que o administrador não tem controle sobre os fatores externos, deve conhecê-los para tomar as decisões ajustando-se a eles. Análises de mercado e de clima se fazem de extrema importância para determinação dos possíveis produtos a serem explorados futuramente (FLORES *et al.*, 2006).

O empresário rural necessita conhecer exatamente a quantidade e o valor de cada bem que constitui o capital da empresa que dirige. É fácil verificar que os diversos tipos de capital apresentam características bem diferentes. Assim, as benfeitorias, os animais e as máquinas e implementos permanecem em uso na empresa durante vários anos. Já os insumos, uma vez utilizados, desaparecem imediatamente, sendo, portanto, consumidos dentro do ano agrícola em curso. Esse fato é de enorme importância para quem dirige uma empresa agrícola, porque o administrador deve ter especial cuidado com a conservação daqueles capitais que permanecem por vários anos na empresa (CREPALDI, 2006).

No entanto, Santos *et al.* (2002) comentam que um dos grandes problemas relacionados à gestão atualmente, é a utilização incorreta ou até mesmo o desprezo das ferramentas administrativas. Observa-se, que ainda hoje, boa parte dos produtores rurais adota decisões condicionadas apenas à sua experiência, à tradição, potencial da região e à disponibilidade de recursos financeiros e de mão-de-obra. Quando a rentabilidade é baixa, o produtor percebe, mas tem dificuldade em quantificar e identificar os pontos de estrangulamento do processo produtivo. Daí a importância de uma boa gestão de custos que auxilie o produtor na tomada de decisões estratégicas em seu empreendimento.

Crepaldi (2006) menciona que “o conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e nas tomadas de decisões.” O empresário rural precisa gerir financeiramente seu empreendimento, pois a maioria das decisões dentro da propriedade é fundamentada em termos financeiros.

Numa visão ampla, é imprescindível para o sucesso da propriedade rural que o produtor esteja muito bem informado sobre o comportamento de seus custos de produção, para que, deste modo, possa elaborar estratégias de ação fundamentadas em dados confiáveis, buscando as melhores alternativas e estratégias possíveis para seu empreendimento, além de possibilitar a visualização antecipada de restrições e dificuldades impostas pelas mudanças de mercado (FLORES *et al.*, 2006).

Portanto, em concordância com Crepaldi (2006), permanece hoje uma necessidade de atualização constante dos meios de gerenciar as empresas rurais, para que dessa forma possam alcançar resultados de produção e consequente produtividade, garantindo assim o sucesso da propriedade. Busca-se isso através de tecnologias que contribuem para o melhor controle e rendimentos, minimizando custos.

2.1 TOMADA DE DECISÃO

O ser humano está constantemente passando por transformações, cabe a ele escolher o caminho a seguir, neste processo de transformação se vê envolvida uma constante decisão em suas escolhas onde pode lhe levar tanto ao sucesso quanto ao insucesso. A tomada de decisão, segundo Oliveira (2004), nada mais é do que a conversão das informações em ação, assim sendo, decisão é a ação tomada com base na apreciação de informações. Decidir é recomendar entre vários caminhos alternativos que levam a determinado resultado.

As decisões são escolhas tomadas com base em propósitos, são ações orientadas para determinado objetivo e o alcance deste objetivo determina a eficiência do processo de tomada

de decisão. Pode se dizer que é o processo pelo qual são escolhidas algumas ou apenas uma entre muitas alternativas para as ações a serem realizadas. É uma escolha, determinar o que se deve fazer, onde, como e quando. Para tomar uma decisão, deve-se levar em consideração que essa escolha trará efeitos ou resultados. Também deverão ser analisados os reflexos que a mesma poderá causar no momento e no futuro (OLIVEIRA, 2004).

Em sentido amplo uma decisão não pode ser considerada como um ato simples e puro do intelecto. Pressupõe a uma série de ações e atitudes, tanto antes como depois do ato de decidir. Na maioria das vezes as decisões são corriqueiras e exigem pouca reflexão e tempo. Porém, para uma tomada de decisão racional é fundamental medir as consequências resultantes dessa decisão, pois, a partir daí estará influenciando possíveis decisões futuras (CREPALDI, 2006).

O produtor rural está constantemente tomando decisões, ou seja, determinando que ação deverá tomar, com vista a escolher corretamente entre alternativas de produção que melhor se encaixe em sua propriedade. Todo problema quando se deve tomar uma decisão, seja individual, seja ele em uma organização, envolve o julgamento sobre um conjunto de alternativas. Supõe-se que a decisão deva ser tomada no presente, mas os seus efeitos terão sentidos ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2004).

Uma das grandes dificuldades dos produtores rurais, conforme Crepaldi (2006), esta em gerar informações reais que auxiliem na tomada de decisões. Diante disso, o administrador rural necessita conhecer qual é o rendimento de sua atividade produtiva, as despesas, para que assim, possa avaliar os seus resultados.

Entretanto, Santo (2001) afirma que “a competitividade passou a ser condição decisiva para continuar na atividade.” Os agricultores estão sendo levados a explorar intensivamente os recursos de suas propriedades, percebe-se isto através da área plantada por cultura, que aumentou para se adequar a economia de escalas das máquinas.

Conforme Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) a gerência da produção agrícola é diferenciada e particularmente mais difícil que nos demais setores da economia. O equilíbrio entre a oferta e a demanda da produção, numa situação de queda de preços não é retomado simplesmente por uma decisão gerencial. Assim, a sustentabilidade do meio rural, depende de pesquisas em para poder prever, identificar e solucionar dificuldades que vão surgindo como as pragas e doenças, e conseguir baixar custos de produção para obter uma rentabilidade maior.

Contudo, em concordância com Crepaldi (2006), permanece hoje uma necessidade de atualização constante dos meios de gerenciar as empresas rurais, para que dessa forma possam alcançar resultados de produção e consequente produtividade, garantindo assim o sucesso da propriedade. Busca-se isso através de tecnologias que contribuem para o melhor controle e rendimentos, minimizando custos.

Problemas de decisão abrangem desde situações simples, que devem ser tratadas por pessoas comuns trabalhando individualmente, ou até cenários altamente complexos, senão nações inteiras podem sofrer os efeitos da tomada de decisão. Os resultados da decisão podem ter um efeito passageiro ou permanente, por isso, a necessidade de avaliar adequadamente a situação envolvida na tomada de decisão. Para que os resultados da decisão surtam efeitos positivos e construtivos, quando oferecer alternativas de melhorias no processo produtivo de qualquer empresa, não diferenciando ramo de atuação ou tamanho da empresa (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

Uma decisão qualquer é na verdade um processo sequencial de etapas que no seu conjunto formam uma determinada decisão. Nessa perspectiva, pode-se resumir o processo em três etapas: definição do problema, estabelecimento de alternativas de solução e escolha da

solução mais adequada. Quando a situação é por demais complexas e exige diferentes modelos de implementação para solução do problema (BARROS NETO, 2001).

Hoje não se pode mais considerar intuições, tradições ou acasos na tomada de decisões nas empresas rurais, pois não garantem aplicação correta de recursos e acertos nos investimentos. O produtor rural precisa ter conhecimento das condições do mercado e dos recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades. Será ele quem deve decidir, conforme afirma Crepaldi (2006), “o que, quanto e como produzir, controlara ação após iniciar a atividade e, por último, avaliar os resultados alcançados e compará-los com previstos inicialmente”.

Apesar de todos os avanços referentes às modernas tecnologias principalmente de informações, Mendes e Padilha Junior (2007), afirmam que se pode observar que o papel da contabilidade, de gerar informações que permitem a tomada de decisões, como base em dados consistentes e reais como responsável pelo controle econômico das atividades e seus eventos, e desta forma deixando os administradores sem as ferramentas necessárias para tomada de decisões. Mesmo com as crescentes mudanças tecnológicas na agropecuária, pouco se fez em relação ao gerenciamento das propriedades, e ao produtor rural que ainda não é visto como administrador ou tomador de decisão.

Desta forma a decisão do produtor rural, seja a curto, médio ou longo prazo depende, para Mendes e Padilha Junior (2007), da administração rural, que desempenhará o seu importante papel, principalmente devido às constantes mudanças que vem ocorrendo no setor, tanto nos conjuntos de recursos, como nos de tecnologia, preços, políticas agrícolas e outros, os quais trazem como consequência riscos e incertezas quando de futuras tomadas de decisões.

A decisão do agricultor é complexa, nela existem elementos de tradição, de aprendizado, de condições de infra-estrutura, motivos psicológicos e sociais e principalmente elementos econômicos de desejado lucro. A força ou a influência dos diversos componentes da decisão depende também dos tipos de agricultores. Os que são orientados pela tradição, terão dificuldades em mudar de cultura, mesmo que as mudanças sejam compensadoras. A infra-estrutura de uma propriedade rural tem força acentuada na tomada de decisão, se não puder ser adaptada à cultura a tendência e a mudança será menor (BARROS NETO, 2001). O sucesso de uma empresa rural, de acordo com Santos, Marion e Segatti (2002), depende primeiramente de seu gerenciamento, onde é preciso ter aptidão técnica e administrativa para a aplicação racional dos recursos como: as terras, máquinas, implementos. É necessário saber utilizar os recursos humanos, infraestrutura da propriedade, os animais reprodutores e assim como as informações, como conhecimento para a tomada de decisões, levando em consideração os fatores internos e externos de produção, tais como o mercado e o clima da região, podendo assim garantir o lucro da empresa e seu crescimento.

Contudo, o agricultor precisa conhecer bem sua propriedade, seus pontos fortes e seus pontos fracos, para que possa os investimentos corretos, ou seja, investir na atividade mais viável para sua propriedade, obtendo assim muito mais chances de ser bem sucedido, e garantindo o futuro de sua propriedade. De acordo com Crepaldi (2006) para que tudo isso seja possível basta ter planejamento, quanto mais bem for planejada a propriedade melhores serão os resultados obtidos, pois para quem não sabe aonde quer chegar qualquer lugar serve e é essencial que saiba o que se quer atingir no futuro.

Portanto, é importante ressaltar que a administração e gerenciamento das atividades rurais se tornam essenciais para a sua sobrevivência na realidade atual, que é a competitividade. Dessa forma Lourenzani e Souza Filho (2005) ressaltam que controlar todas as atividades rurais torna mais simples a tomada de decisões, pois assim, pode-se conhecer a realidade em que a

empresa rural se encontra e trabalhar com maior eficiência buscando um resultado econômico satisfatório.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho se realiza a partir de uma pesquisa quantitativa com base descritiva, orientado por uma pesquisa teórico-empírica, mediante a avaliação e produção de conhecimentos, pois além da coleta de informações secundárias em livros e artigos, o estudo abrange dados primários, coletados por meio de pesquisa de campo.

Em virtude da sua natureza teórico-empírica, o estudo coletou dados primários, por meio da técnica de levantamento ou *survey*. Segundo Gil (2010), é característico dessa técnica o desenvolvimento de estudos e pesquisas auto-administradas, de modo que o pesquisado não conta com auxílio do pesquisador. A pesquisa através de *survey* caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, procedendo-se a solicitação de informações a um grupo de pessoas sobre o problema pesquisado para, em seguida, mediante uma análise quantitativa, se extrair conclusões dos dados coletados. A coleta de dados contou com a aplicação de questionário junto aos agricultores, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, interesses, expectativas, sentimentos, situações vivenciadas, etc. O questionário é formado de 64 questões abertas e fechadas relacionadas aos aspectos sociais, pessoais, inovações, organizacionais, institucionais, descrição da tomada de decisão, caracterização das decisões de produção e investimento da produção, investimento e perfil do respondente.

O Bloco 01 correspondeu às inovações, na qual foi composta por 05 perguntas fechadas, que visou identificar se existe inovação na propriedade. O Bloco 02 correspondeu à vida social do entrevistado, na qual foi composta por 08 perguntas fechadas. O Bloco 03 correspondeu sobre a organização da propriedade, na qual foi composta por 07 perguntas variadas entre abertas e fechadas. O Bloco 04 correspondeu às Instituições, se recebe apoio das mesmas, incluindo 07 perguntas fechadas. O Bloco 05 correspondeu a Descrição da Tomada de Decisão, na qual envolveu 07 perguntas fechadas.

O Bloco 06 correspondeu a Caracterização das Decisões de Produção e Investimento da Produção, na qual envolveu 03 perguntas fechadas e 01 quadro que foi composto por um conjunto de variáveis que buscou identificar qual a importância destes fatores na hora da tomada de decisão quando for produzir, com as seguintes opções, sendo que: 1- Nada importante; 2 – Pouco importante; 3 – Medianamente importante; 4 – Importante; 5 – Muito importante. Lembrando que não existe resposta certa ou errada, o que se busca é a opinião.

O Bloco 07 correspondeu aos investimentos relacionados com a propriedade, na qual foi composta por 15 perguntas variadas em abertas e fechadas. O Bloco 08 correspondeu ao perfil do respondente, composta por 06 perguntas. E por fim, o Bloco 09, correspondeu a perguntas pessoais, na qual também foi composta por 06 perguntas variadas.

A pesquisa obteve retorno de 154 questionários considerados válidos, coletados com produtores rurais entrevistadas, de forma aleatória. Quanto à análise e interpretação, inicialmente foi realizada uma análise primária dos dados, a qual constitui em uma análise univariada dos mesmos, pois refere-se à apreciação de cada característica ou variável, por exemplo frequências, médias, porcentagens.

Os dados coletados na etapa quantitativa foram tabulados e analisados com o auxílio dos softwares *Microsoft Excel* e *SPSS Statistics 22*, por meio da adoção de modelos de análise univariados, conforme procedimentos destacados: análise descritiva - medidas média, desvio padrão, coeficiente de variação (cv), valores mínimo e máximo observados.

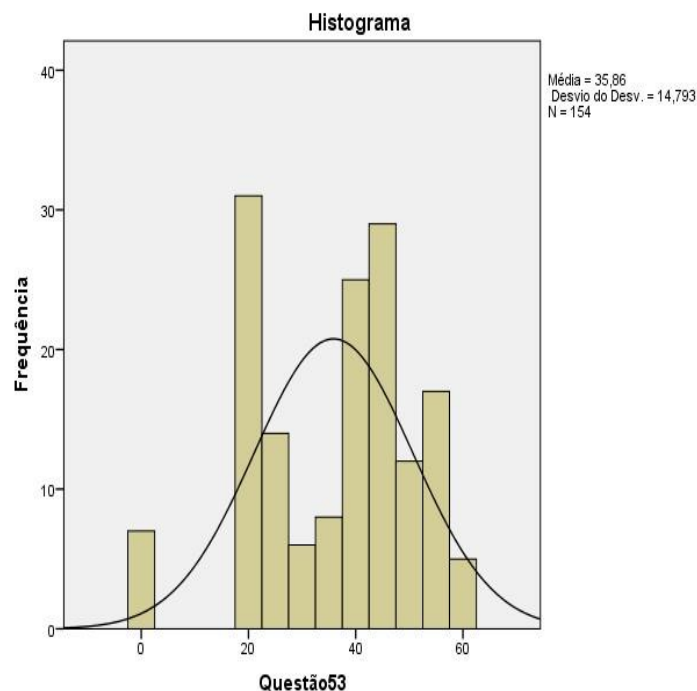
A análise dos dados ocorreu pela estatística descritiva e univariada, a qual visa identificar a tendência dos respondentes para cada um dos construtos desta pesquisa. Esta análise apresentará dados de: média, frequência, desvio padrão e valores mínimos e máximos observados. O próximo capítulo apresenta os principais resultados encontrados na pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo abordará a análise da pesquisa executada com o intuito de apurar o perfil dos produtores rurais selecionados pela pesquisa, bem como, apresentando às ações mais presentes, voltadas a tomada de decisão e características da propriedade.

A pesquisa apontou quanto à faixa etária dos respondentes que a média se concentrou em 35,86 sendo que a idade mínima foi de 18 anos e máxima de 60 anos, e teve 07 respondentes que não informaram. Na qual, é um dado muito importante, destacando a maturidade dos produtores respondentes da pesquisa. O Gráfico 01 apresenta os resultados.

Gráfico 01: Faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

No quesito gênero, a pesquisa apontou que 70,10% (108) foram do sexo masculino e 29,90% (46) do sexo feminino. Considerando que a pesquisa foi realizada por acessibilidade, os produtores rurais eram entrevistados aleatoriamente, não levando em consideração esta probabilidade característica.

Já o estado civil apontou que 67,50% (104) são casados(as) ou estão em união estável, 30,50% (47) são solteiros (as) e apenas 1,9% (03) estão separados(as) ou divorciados(as). Considerando que isso se deve, pois a maioria das propriedades são gerenciadas por casais, ou foi entrevistado um dos filhos.

Quanto ao nível de escolaridade dos respondentes, verificou-se que 51 entrevistados, 33,3% possuem ensino fundamental incompleto. Outros 30 produtores, representando 19,5% do total, que afirmaram ter ensino médio completo. Estas duas alternativas correspondem a

cerca de 52,8% do total dos entrevistados. No entanto, houve um expressivo percentual de respondentes cursando o ensino superior (20), correspondendo a 13,0% do total de entrevistados. Já o ensino fundamental completo, também se destacou com 17,5% (27) respondentes. Poucos entrevistados possuem o ensino superior completo (07) ou pósgraduação (03), onde os dois casos somados representam apenas 6,4% dos entrevistados. A área que os agricultores possuem para o seu trabalho e produção de seus produtos, também foi analisada, sendo que ela apontou que de 01 a 20 hectares, correspondem a 66,4% das propriedades analisadas, em seguida, a opção de 21 a 40 hectares representou 22,7% do total. Já a alternativa de 41 a 60 hectares somou um percentual de entrevistados que corresponde a 5,8% do número de propriedades, acima de 81 hectares apresentou 3,2% e a opção de 61 a 80 hectares apresentou 1,9%. Desta forma, a média catarinense que foi apontada pelo Censo Agropecuário - IBGE (2006), como tendo em torno de 31,2 hectares por propriedade, figura com um índice ligeiramente acima da região analisada.

A pesquisa destacou quanto à linha ou comunidade de residência dos produtores rurais entrevistados, sendo: 23 produtores de Linha Cotovelo; outros 19 respondentes são oriundos de Linha Popi e da Linha Soledade; 13 dos entrevistados são residentes na Linha Becker; 08 entrevistados residiam na Linha Maria Goretti, outros 08 na Linha Santa Isabel e 08 produtores responderam as pesquisas na Linha Santo Antônio, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Comunidade de residência dos respondentes

Comunidade	Frequência	(%)
Cotovelo	23	14,9
Popi	19	12,3
Soledade	19	12,3
Becker	13	8,4
Maria Goretti	08	5,4
Santa Isabel	08	5,4
Santo Antônio	08	5,4
Conceição	07	4,5
Santa Fé Alta	06	3,9
Coqueiro	05	3,2
Rikía	05	3,2
São Ludgero	05	3,2
Sede Capela	05	3,2
Guaíra	03	1,9
Santa Cruz	03	1,9
Santa Fé Baixa São	03	1,9
Sebastião	03	1,9
Demais comunidades	11	7,1
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Conforme apresentados os dados, não houve uma homogeneidade, variando o número de respondentes de uma comunidade para outra, porém, servindo como base para elencar os construtos da pesquisa.

No quesito profissão a pesquisa destacou 90,9% (140) agricultor(a), em seguida, estudante com 5,2% (08), além de assalariado rural, assalariado temporário, pluriatividade e prestação de serviço com 3,8%. Isso pode ocorrer devido ao fato de a pesquisa já ser dirigida para agricultores e ou filhos.

Já em relação à origem étnica dos entrevistados, constatou-se que 94,8% (146) são alemães, 2,6 (04) italianos, 1,9 (03) portugueses e 0,6(01) poloneses. Também pode-se observar que, dos entrevistados 100% são filhos de agricultores, fato que mostra que todos tem uma ligação muito forte (desde pequeno) com o meio rural.

Contudo, tem-se a cultura, principalmente no município de estudo, uma vez que a colonização foi baseada em famílias alemãs, de que a figura do pai representa a principal responsabilidade na agricultura familiar. Cultura esta que, secularmente, elege a figura masculina como responsável pelas atividades que devem ser desenvolvidas fora do espaço da casa, sendo que este é visto, historicamente, o lugar da mulher (MELO; NABUCO, 2002). A principal fonte de renda é agrícola com 98,7% (152) dos entrevistados e não agrícola para os outros 1,2% (2), esta vinda da construção civil ou empresa familiar. Outra observação importante é quanto ao tempo dedicado para a agricultura, na qual 84,4% (130), é integral, em 11,0% (17) é metade do tempo e em 4,5% (07) é eventual.

As atividades desenvolvidas nas propriedades pesquisadas são mostradas a seguir na Tabela 2, na qual se percebe que a maioria das atividades é de produção primária, com pouca agregação de valor no produto.

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas propriedades

Atividade	Frequência	(%)
Leite	127 52	42,3
Suinocultura		17,3
Produção de grãos	50	16,7
Produção de tabaco	24	8,0
Avicultura	13	4,3
Gado de corte	7	2,3
Produtos agrícolas	7	2,3
Plantação de eucalipto	5	1,7
Produção de feno	5	1,7
Prestação de serviços	4	1,3
Galinhas (ovos)	2	0,7
Criação de novilhas	2	0,7
Horticultura	1	0,3
Psicultura	1	0,3
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A seguir, ao analisar a tomada de decisão nas propriedades, identificou-se que o responsável pela gestão (tomada de decisão) na propriedade, em sua maioria, 96,1% é feita pelo proprietário(a), enquanto que administrador externo, família, sócio(a) e proprietário e sócio apontou apenas 3,9%. Além de em 68,8% dos casos, é o homem quem toma a decisão, enquanto que em 25,4%, a família decide em conjunto, 3,2% é o filho e 2,6% é a mulher.

Outra análise realizada foi em relação a gestão da mesma. Dentre elas, 53,9% das propriedades possuem a mesma gestão acima de 20 anos, 16,2% de 11 a 15 anos, 11,7% de 06 a 10 anos, 9,1% de 16 a 20 anos e 9,1% menos de 05 anos. Cabe destacar aqui, que muitas propriedades são geridas pela mesma gestão a mais de 20 anos, ou seja, elas devem estar entrando em processo de sucessão familiar.

Esse processo sucessório, segundo Padilha (2011) tem como objetivo de designar o sucessor que ficará no lugar do fundador da empresa, sendo que este sucessor deverá estar preparado para assumir o desafio de dar continuidade à empresa e o sucedido deverá auxiliar o sucessor nesta transferência de poder.

No que tange à influência dos mais velhos na tomada de decisões, identificou-se que 58,4% é média, 25,4% que é alta, sendo que 9,1% apontaram que é baixa, 4,5% que é muito baixa e 2,6% que é muito alta. Isto reflete que a maioria dos entrevistados, possui uma forte ligação com seus pais ou anfitriões.

Uma propriedade rural pode ser considerada tradicional ou moderna em termos de produção, estrutura, maquinários, tecnologias, inovações, uso de produtos, entre outros. Nas propriedades estudadas, 82,5% dos respondentes consideram sua propriedade modernizada, enquanto que 17,5% as consideram tradicionais.

Sendo que, 68,8% apontaram que a frequência/intensidade é média, 27,3% que ela é alta, e apenas 2,6% que ela é baixa e 1,3% que ela é muito alta. Portanto, percebe-se que as propriedades rurais estão evoluindo com o tempo, na qual os agricultores estão frequentemente modernizando e “usando o novo”, para acompanhar o mercado e também para diminuir o serviço manual/braçal na propriedade.

Ligado ao elemento da modernização ou tradição pode-se observar que as propriedades costumam realizar mudanças ou inovações. Dos entrevistados, 52,0% responderam que efetuam mudanças ou inovações frequentemente, 39,6% ocasionalmente, 5,8% sempre e 2,6% raramente.

Quanto ao tipo de inovação ou mudança que costuma realizar na propriedade, observase que em 40,0% dos casos elas acontecem na forma de produzir, sendo que estas são consideradas mudanças mais peculiares à atividade e não a propriedade com um todo, 33,7% em novas máquinas e equipamentos, 25,7% em mudança na atividade produtiva e 0,5% em experimentos e experiências novas.

Outro fator importante analisado é o tipo de tração utilizada, sendo que 53,2% utilizam tração mecânica própria, outros 26,6% usam tração mista, 11,7% usam tração mecânica aluguel, 6,5% usam tração animal e ainda 1,9% usam tração simples/braçal. A justificativa deve-se principalmente pela exigência da atividade, com 55,2% dos entrevistados, outros 26,6% pelas condições da terra, 8,4% pela falta de recursos, 7,8% pela tradição, e % variadas. Outra pergunta analisada, foi sobre serem ou não pessoas de liderança na comunidade e ou sociedade, sendo que 59,7% se consideram e 40,3% não. Portanto, os dados mostram que mais que a maioria dos entrevistados, atua como líderes, apoiando e ajudando a sua comunidade. Em relação à participação em associações ou cooperativas de agricultores, detectou-se que 74,0% participam e os outros 26,0%, não. Outra questão posta em análise foi quanto ao tipo de associação em que os respondentes costumam participar. Pode-se destacar que a maior participação nestas associações é na Igreja com 25,0%, seguida por cooperativa de produtores com 21,3%, associação esportiva ou recreativa com 20,0%, sindicato com 14,8%, associação de produtores com 9,1%, associação cultural e educacional com 8,0% e partido político com 1,7%.

Foi analisado também, se a opinião de amigos e vizinhos contribui para as decisões da propriedade, sendo que 37,0% apontaram que contribui ocasionalmente, já 33,7% apontaram raramente, e 14,3% apontaram que contribui frequentemente e 15,0% entre outras.

Elemento também relevante para a pesquisa foi quanto ao uso do computador e a internet. Observou-se que 91,6% possui computador e 8,4% não. Já o acesso à internet, 92,2% possui acesso e 7,8% não. Em relação ao uso, de como um instrumento de informação para a tomada de decisões na propriedade, dos que possuem acesso à internet (140), 68,8% disseram que sim e os outros 23,4% que não usam.

Quanto à leitura e/ou “escuta” de notícias relacionadas à agricultura, a maioria dos respondentes 51,9% costumam ler ou escutar notícias relacionadas à sua atividade frequentemente, 31,8% sempre, 9,7% ocasionalmente e 11,0% entre outras, sendo este um meio

que pode ser considerado muito importante na tomada de decisões na propriedade. Em relação à participação de cursos, seminários e outros eventos relacionados à agricultura, 39,0% participam frequentemente, 26,0% ocasionalmente, 20,1% raramente e 14,9% entre outras. Portanto, a maioria procura sempre estar em busca de algo novo, principalmente em termos de produtos e melhorias para a propriedade.

Sobre a influência da informação no processo de tomada de decisão foi caracterizada pelos respondentes com 53,9% como média, 36,4% como alta, 5,2% como muito alta, 3,9% como baixa e 0,6% como muito baixa.

Quanto à atividade produtiva predominante na propriedade, 96,8% estão ligados com a comercialização de seus produtos e 3,2% produzem apenas para o seu autoconsumo. Já, a mão-de-obra utilizada na propriedade, 83,8% afirmaram que ela é apenas familiar, já 15,6% afirmaram que ela é familiar e assalariada e 0,6% apenas assalariada.

Em relação à infraestrutura, como máquinas, equipamentos e benfeitorias usadas na propriedade 72,1% entendem que estes são suficientes para as atividades que desenvolvem e 27,9% entendem que não são suficientes. Na quais estas são 76,6% próprias, 16,2% ambas e 7,2% alugadas.

Quanto às condições gerais da propriedade em infraestrutura, 70,1% consideram-na em condições boas, 19,6% consideram as condições regulares, 9,7% muito boas e 0,6% ruins. O faturamento das atividades agrícolas (renda bruta/valor da produção) não foi declarado por 55,8%. Outros 3,9% declararam que é de R\$10.000 mensal e 3,2% que é de R\$20.000 mensal e 37,1% declararam valores variados. Com esses dados obtidos, percebe-se que o agricultor ainda é muito fechado, na qual não gosta de declarar a sua renda e fica sempre com o pé atrás se esse dado for usado para outros afins.

Constatou-se também que 77,9% dos entrevistados afirmam fazer controle contábil e 22,1% não. Este controle refere-se, na maioria dos casos em custos/despesas, em seguida por vendas/compras, movimentação bancária e viabilidade e custo benefício. Em 50,6% o controle é feito no papel, em 15,6% no computador e os demais 11,7%, controlam apenas na cabeça, na qual não pode ser considerado efetivamente como um controle contábil.

Com relação à assessoria técnica para o controle contábil, apenas 17,7% dos que fazem controle, a realizam, sendo principalmente do contador ou da cooperativa e em alguns casos contam com o auxílio de técnicos ou de empresas privadas. Já se estes dados são usados para a tomada de decisão, 74,7% concordam e 3,2% não concordam.

Quanto à importância das políticas públicas (governo, estado, município) para as decisões da propriedade 36,4% afirmam ser média, 33,8% ser baixa, 24,5% ser muito baixa e 5,2% ser alta. Em relação, se procura ou tem ajuda de órgão como Universidade/instituições de apoio para as decisões 40,9% afirmam que nunca tiveram 37,0% que raramente, 15,6% ocasionalmente, 5,8% frequentemente e 0,6% sempre.

Outra pergunta muito relevante para este estudo é se o entrevistado recebe assistência técnica e da sua importância/relação com esta, na qual 89,6% recebem assistência e 10,4% não recebem. A importância/relação com esta em 45,4% é média, 35,1% alta, 5,2% muito alta e 3,2% baixa. Constatou-se também que para 52,6% dos entrevistados a assistência técnica é para auxílio na produção, seguida por 15,4% na organização na propriedade, 12,3% em investimentos e 9,3% na comercialização.

Dentre as entidades que prestam a assistência técnica nas propriedades, a cooperativa é a mais frequente com 40,9%, seguida de empresa privadas, com 37,0% (em grande número aos laticínios), e 7,1% a EPAGRI. Quanto à comercialização de produtos, a principal fonte são as cooperativas com 35,9% seguida por, as empresa privadas com 27,3% e as agroindústrias com 23,7%. Dos entrevistados, 44,8% consideram a importância/influência destas entidades como

média e 32,5% como alta. Já, a compra de insumos é feita através de 56,5% em cooperativas e 24,0% em empresas privadas.

Quando questionados se suas decisões eram mais baseadas em análise custo/benefício ou intuição/impulso, 85,7% responderam em custo/benefício, 11,7% em ocasionalmente uma ou outra, e apenas 1,3% em intuição/impulso. Quando indagados sobre a base de suas decisões, 66,2% responderam que elas são baseadas em um planejamento prévio, 19,5% responderam que dependendo do momento, que ambas são utilizadas por eles e 13,0% responderam que elas baseiam-se nas demandas e necessidades emergentes. Na qual esses resultados são muito bons para esta pesquisa.

Em relação às decisões, elas são tomadas (voltadas) prioritariamente para médio prazo com 70,8% e longo prazo com 18,8% dos respondentes. Quanto à forma de decisão, 28,6% dos entrevistados responderam que elas são frequentemente ágeis e rápidas, como mostra a Tabela 3. Por meio destes dados, analisou-se que os mais velhos tomam decisões mais reflexivas e demoradas e os mais novos com tendência de serem mais ágeis e rápidas.

Tabela 3 – Forma de decisão demorada ou rápida

Decisão	Frequência	(%)
Frequentemente ágeis e rápidas	44	28,6
Frequentemente reflexivas e demoradas	42	27,3
Ocasionalmente uma ou outra	41	26,6
Sempre reflexivas e demoradas	14	9,1
Sempre ágeis e rápidas	11	7,1
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em relação ao fato das decisões serem inovadoras ou rotineiras, em 31,2% tendem a ser ocasionalmente uma ou outra, ou seja, dependendo do momento, que ambas são utilizada por eles, seguida por 30,5%, que responderam frequentemente inovadoras, como mostra a Tabela 4. Portanto, através destes dados, sugere-se que pode haver relação entre a idade e as características das decisões, pois com mais de 40 anos decidam de forma rotineira e com menos de 40 decidam de forma mais inovadora.

Tabela 4 – Forma de decisão inovadora ou rotineira

Decisão	Frequência	(%)
Ocasionalmente uma ou outra	48	31,2
Frequentemente inovadoras	47	30,5
Sempre inovadoras	29	18,8
Frequentemente rotineiras	23	14,9
Sempre rotineiras	5	3,2
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se também que para 23,4% as decisões são frequentemente compartilhadas, conforme mostra tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Forma de decisão centralizada ou compartilhada

Decisão	Frequência	(%)
Frequentemente compartilhadas	36	23,4
Frequentemente centralizadas	33	21,4
Ocasionalmente uma ou outra	33	21,4

Sempre compartilhadas	28	18,2
Sempre centralizadas	22	14,3
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em relação à base das decisões, 30,5% responderam que ocasionalmente uma ou outra, ou seja, dependendo do momento, que ambas são utilizadas por eles, como mostra a tabela 6, logo a seguir. Sugere-se que a faixa de 41 a 50 anos é uma etapa de transição entre o maior uso de informações e decisões baseadas na experiência, e que, portanto há uma pequena inclinação para que os com mais de 50 anos decidam com base na experiência e os mais novos em informações.

Tabela 6 – Forma de decisão baseada em informações ou experiência

Decisão baseadas	Frequência	(%)
Ocasionalmente uma ou outra	47	30,5
Sempre em informações	37	24,0
Frequentemente na experiência	31	20,1
Sempre em informações	29	18,8
Sempre na experiência	8	5,8
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Entretanto outra pergunta, destacou que as decisões de produção em 88,3% são tomadas em conjunto, 8,4% pelo marido, 1,3% pela esposa e 0,6% por um administrador externo. Em relação aos critérios para a comercialização, 56,5% garantem que seja a obtenção do melhor preço, 40,9% que seja a garantia de compra e 1,3% que seja ambas. Já sobre a época de comercialização, 79,2% responderam que seja na safra e 19,5% na entre safra. Para explicar a escolha da época de comercialização, 62,3% justificam que, era por melhores preços, 25,3% para pagamento de dívidas e 11,0% para cumprir contrato.

Em relação à importância dos fatores na hora da tomada de decisão voltada à produção, a Tabela 7 apresenta a média, o mínimo e o máximo, bem como o desvio padrão para cada uma das respostas, atribuídas.

Tabela 7 – Média, desvio padrão e valor mínimo e máximo.

Afirmações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
AT1 – Clima	4,42	0,955	1	5
AT2 – Riscos	4,16	0,801	2	5
AT3 – Capacidade de uso de solo	4,22	0,909	1	5
AT4 – Tradição da família	3,36	1,176	1	5
AT5 – Comercialização garantida (fácil)	4,17	1,015	1	5
AT6 – Experiência própria (o que sabe/gosta)	4,12	0,885	1	5
AT7 – Possibilidade de lucro/rentabilidade da atividade Custo de produção	4,45	0,833	1	5
AT8 – Condições da propriedade (localização, acesso)	4,10	0,861	1	5
AT9 – Mercado/demanda	4,18	0,874	1	5
AT10 – Assistência técnica	3,92	1,041	1	5
AT11 – Qualidade do produto	4,51	0,760	1	5
AT12 – Meio ambiente (cuidados com)	4,26	0,839	1	5

AT13 – Infraestrutura/equipamentos	4,21	0,773	1	5
AT14 – Mão de obra	4,23	0,869	1	5
AT15 – Terra disponível	4,29	0,891	1	5
AT16 – Disponibilidade de recursos financeiros	4,27	0,895	1	5
AT17 – Disponibilidade de recursos (insumos)	4,31	0,805	1	5
AT18 – Risco da atividade	4,16	0,901	1	5

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

No quesito importância dos fatores na hora da tomada de decisão em relação à produção, identificou-se como média mais alta, que alcançou 4,51, foi a qualidade do produto, e logo em seguida, teve destaque a possibilidade de lucro/rentabilidade da atividade com média de 4,45.

Também apresentam destaque as questões relativas ao clima, com média de 4,42, com destaque ainda para a disponibilidade de recursos (insumos) que apresentou média de 4,31, conforme a pesquisa realizada entre os produtores rurais.

Em relação às alternativas que obtiveram menor média registrada na pesquisa podem ser destacadas a tradição da família e a assistência técnica, ficando com médias de 3,36 e 3,92 respectivamente, o que vem ao encontro de Metzger (2016) que existem vários tipos de tradição nas famílias, mas que nem todas as tradições são positivas. Na qual, toda família devia montar suas próprias ideias e montar suas tradições, para manter a sua família mais unida.

Outro fator importante para as decisões são os investimentos. Segundo Pedrazzi e Vieira (2016) a análise de investimentos de capital é uma técnica econômico-financeira que serve para mensurar a viabilidade de projetos nos mais diversos setores da economia e é a partir dela que os gestores, os investidores e as instituições de crédito terão subsídios para tomar a decisão de investir e/ou fornecer crédito. Elas são tomadas em 88,3% em conjunto, 7,1% pelo marido, 1,9% por um administrador externo, entre outros. Percebe-se que as decisões de futuro, são tomadas por todos os integrantes da família, na maioria das propriedades. As decisões de onde adquirir os recursos para investimentos, em 44,8% são com base na experiência, 30,5% há tempos já pega nesse local e 20,1% pela facilidade, entre outros.

Quanto às decisões de onde adquirir os recursos para investimento, 43,5% responderam que são próprios, 39,6% que fazem financiamentos particulares e 15,6% dos entrevistados é governamental. Além disso, as decisões de investimento em 58,4% são voltadas para médio prazo, 33,1% para longo prazo e 7,1% para curto prazo.

Para as decisões de onde investir, 36,4% responderam de acordo com os recursos disponíveis, 31,2% pela oportunidade que surge, 26,6% pela necessidade momentânea e 4,5% pela tradição. Já para as decisões de quanto investir 43,5% de acordo com os recursos disponíveis, 26,6% pela oportunidade que surge, 24,7% pela necessidade momentânea, 2,6% pela tradição e 1,3% pela indicação de terceiros.

Contudo, para as decisões de como investir, 53,1% responderam que era através do planejamento, 17,5% de acordo com os recursos disponíveis, 17,5% pela oportunidade que surge, 6,5% pela necessidade momentânea, 2,6% pela tradição e 1,3% pela indicação.

Os investimentos em 51,9% dos casos são voltados para a expansão da capacidade produtiva, 40,3% para a modernização/melhoria tecnológica, 4,5% para a substituição de bens de capital depreciados e 3,2% para a implementação de nova atividade. Os principais investimentos são geralmente voltados para 40,9% para a estruturação da propriedade, 22,7% para a organização da unidade de produção ou das atividades produtivas, 20,7% para a produção e 15,6% para a comercialização de produtos.

De acordo com Pedrazzi e Vieira (2016), para se determinar a implantação de um projeto de investimento, deve-se primeiramente conhecer os métodos para sua avaliação, que levem em

consideração o efeito e o risco sobre o valor do projeto. Portanto essas decisões devem ser tomadas pelo custo/benefício e pelo retorno que darão de volta. Esses investimentos no mercado são geralmente voltadas em 76,0% para a ampliação e 24,0% para a manutenção. Já os investimentos da organização são em 61,7% voltados para os recursos humanos e 38,3% para os controles gerenciais.

As decisões de investimento de produção são voltadas para 42,2% no aumento da produtividade, 39,7% na melhoria da qualidade, 12,7% no aumento da escala de produção e 5,5% na diversificação produtiva. Já as decisões de investimento de estrutura produtiva são voltadas em 52,3% em melhoria/aumento das benfeitorias, 29,0% em aquisição de máquinas e equipamentos, 17,6% em aquisição de terra, 0,5% em estrutura para receber turistas e 0,5% em aquisição de animais para produção de leite.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou ir além do simples entender sobre o processo de decisão, buscando compreender sob os aspectos do perfil do respondente, pessoais, sociais, inovações, organizacionais, institucionais, descrição da tomada de decisão, caracterização das decisões de produção e investimento da produção e investimento mais aprofundado que afetam o processo de tomada de decisão, ou seja, se elas seriam da natureza da decisão, no embasamento, no tipo de ação, no tempo de reposta, entre outros.

Para concretização do objetivo, usou se como amostra 154 agricultores do município de Itapiranga-SC, os quais possuem peculiaridades importantes para a pesquisa.

Dos aspectos do perfil do respondente, pode se destacar que a maioria dos entrevistados tem mais de 40 anos e o tempo de escolaridade mais presente é o ensino fundamental incompleto e o tempo de gestão mais predominante é de mais de 20 anos, ou seja, os tomadores de decisão são geralmente homens maduros, com muito tempo na gestão e pouca escolaridade, na qual significa que há poucos empreendedores novos.

Em relação aos aspectos pessoais, destaca-se que a maioria é de origem alemã com 94,8%, seguido pelos italianos. Observa-se ainda, que 100% dos entrevistados são filhos de agricultores e 58,4% acham a influência dos mais velhos, média e 25,4% acham ser alta. Apesar disso, a maioria dos entrevistados se consideram modernos e fazem mudanças, principalmente na forma de produzir, e a tração usada na maioria é mecânica própria, mista ou alugada.

De forma geral as decisões, são baseadas no custo/benefício, num planejamento prévio, em informações e experiência, rotineiras ou inovadoras, frequentemente compartilhadas e o tempo de resposta são decisões frequentemente ágeis e rápidas e geralmente são tomadas prioritariamente para médio prazo.

Em relação às decisões de produção e investimento, destaca-se que a maioria delas são tomadas em conjunto pela família. A maioria dos recursos para os investimentos são próprios e a decisão de onde adquiri-lo, na maioria das vezes, se dá pela base na experiência. Já as decisões de onde e quanto investir são de acordo com os recursos disponíveis e como investir é realizada através do planejamento. Destaca-se que os principais investimentos realizados nos últimos 5 anos foram em: aquisição de equipamentos/implementos e a aquisição de trator e a principal necessidade de investimentos futuros é na melhoria das estruturas e aquisição de equipamentos/implementos.

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho contribui para conhecimento de alguns elementos relevantes ao processo de tomada de decisão, até então eram pouco exploradas na literatura nacional. Considera-se que se conseguiu atingir o objetivo principal deste trabalho,

pois observou-se que os aspectos em investigação influenciam o processo de tomada de decisão, dando a ele características particulares.

Desta forma, a pesquisa contribui para incrementar elementos que sugerem ser importantes para o processo de tomada de decisão e tendem a contribuir para a teoria sobre decisão, pois tais resultados trazem definições mais claras de como os aspectos estudados interferem no processo de tomada de decisão dos produtores rurais.

Entretanto, é possível observar algumas limitações desta pesquisa, uma delas refere-se à amostra, a qual poderia ser ampliada para que os dados tivessem maior confiabilidade, porém a amostra usada é considerada satisfatória para os fins deste estudo. Salienta-se também que os resultados do estudo restringem-se a realidade local e faz com que não necessariamente estes sejam aplicáveis a outras realidades do país.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, L. M.; ENGEL, A. **Manual de administração rural: custo de produção**. 3 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- BARROS NETO, João Pinheiro de. **Teoria da administração**. Rio de Janeiro: BATALHA, M. O.; BUAINAIN, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acessado em: 31/10/2016.
- CEPA - Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010. 2011. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintese_2010/sint126. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 11, n. 2, p. 115-127, ago./dez. 2013. Acessado em: 13/08/2016.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.
- DEBÉRTOLIS, A. J. **Trabalhador na administração de propriedades em regime de economia familiar**. 2ª ed. Curitiba: Senar-Pr, 2005.
- FLORES, Aécio W.; RIES, Leandro R.; ANTUNES, Luciano M.. **Gestão Rural**. Porto Alegre: Ed. dos autores, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 31/10/2016.
- LOURENZANI, W. L.; SOUZA FILHO, H. M. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org). **Gestão Integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- MELO, Lígia Albuquerque de.; NABUCO, Fundação Joaquim. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos populacionais. Ouro Preto/MG. **Anais...** Ouro Preto: EABEP, 2002.
- MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: Uma Abordagem Econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. **metodologia e prática**. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2004
- METZGER, Stael Pedrosa. **Tradições familiares constroem famílias fortes**. 2016. Disponível em: <https://familia.com.br/890/tradicoes-familiares-constroem-familias-fortes>. Acessado em: 31/10/2016.

- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. 2004. **Planejamento Estratégico: conceitos.**
- PADILHA, Aline. **As fases da sucessão na gestão da empresa familiar.** 2011. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/as-fases-da-sucessao-na-gestao-da-empresa-familiar/54083/>. Acessado em: 31/10/2016.
- PEDRAZZI, D. R.; VIEIRA, S. F. A. **O processo de tomada de decisão de investimentos de capital nas micro, pequenas e médias empresas: Um estudo de caso do setor metalúrgico de Londrina-P.** 2016. Disponível em: <http://www.facesi.edu.br/facesiemrevista/downloads/numero1/artigo03.pdf>. Acessado em: 31/10/2016.
- PLEIN, C. A formação da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: o caso das colônias porto Feliz e Porto Novo. **Revista Faz Ciência**, v.07, n.01, pp. 79-102, 2005.
- Qualitymark, 2001.
- RAMPAZZO, S. E.; CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. **Desmistificando a metodologia científica: Guia prático para produção de trabalhos acadêmicos.** Erechim, RS: Habilis: 2008.
- SANTO, B. R. E. **Os caminhos da agricultura brasileira.** São Paulo: Evoluir, 2001. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=vMYOAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-66>
- SANTOS, Gilberto José dos; MARION, Jose Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- TACCHI, M. **Propriedade rural exige administração eficiente e profissional.** 2016. Disponível em: <http://agrisoft.com.br/artigos/72-propriedade-rural-exige-administracao-eficiente-e-profissional>. Acessado em: 12/08/2016.